

Baumann, Renato; Ceratti, Rubern

Working Paper

A política comercial dos BRICS com seu entorno e efeitos para o Brasil

Texto para Discussão, No. 1745

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Baumann, Renato; Ceratti, Rubern (2012) : A política comercial dos BRICS com seu entorno e efeitos para o Brasil, Texto para Discussão, No. 1745, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/91157>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

1745

TEXTO PARA DISCUSSÃO

A POLÍTICA COMERCIAL DOS BRICS COM SEU ENTORNO E EFEITOS PARA O BRASIL

Renato Baumann
Rubem Ceratti

A POLÍTICA COMERCIAL DOS BRICS COM SEU ENTORNO E EFEITOS PARA O BRASIL*

Renato Baumann**
Rubem Ceratti***

* Agradecemos os comentários e sugestões de diversos colegas da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea, isentando-os de eventuais incorreções remanescentes. As opiniões emitidas aqui são de inteira responsabilidade dos autores e podem não refletir as posições das instituições mencionadas.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dinte/Ipea e professor da Universidade de Brasília (UnB).

*** Estatístico na Dinte/Ipea e responsável pelo processamento dos dados primários.

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**

Ministro Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretora de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Luciana Acioly da Silva

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

ISSN 1415-4765

JEL: E23, F15, F43

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 A SINALIZAÇÃO DOS BRICS QUANTO À POLÍTICA COMERCIAL	9
3 A POLÍTICA TARIFÁRIA DOS BRICS.....	17
4 CRITÉRIOS PARA AS PREFERÊNCIAS COMERCIAIS	27
5 AS BARREIRAS BRASILEIRAS E AS DOS DEMAIS BRICS.....	29
6 O ACESSO DOS PRODUTOS BRASILEIROS AOS MERCADOS DOS BRICS E DOS SEUS VIZINHOS	34
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40
ANEXOS	41

SINOPSE

Os chamados países BRICS têm, em graus distintos, explorado as relações comerciais com os países próximos. Essa situação suscita temores de preferências comerciais crescentemente diferenciadas no nível regional, e mesmo aumentos expressivos de produtividade em setores exportadores podem não ser suficientes para superar as condições competitivas diferenciadas. Neste artigo são mapeadas as tarifas de importação entre cada BRIC e cada um dos seus parceiros, assim como as tarifas com que se deparam os produtos brasileiros exportados para esses mercados.

Palavras-chave: BRICS, comércio regional, complementaridade produtiva, preferências comerciais diferenciadas, barreiras comerciais, exportações brasileiras.

ABSTRACTⁱ

One of the basic features of the recent international scenario is the increasing importance of a few emerging economies. In this paper we map the import tariffs imposed by each of the BRICS on the products from its neighboring countries, as well as the tariffs imposed on Brazilian products. We aim at identifying whether the conditions met by Brazilian products on their access to the markets of the other BRICS and to their neighbors are different from the conditions provided by each BRIC to its neighbors as well as to those each BRIC meets on its neighboring markets.

Keywords: BRICS, regional integration, international trade, trade preferences, productive complementarity.

ⁱ. *The versions in English of the abstracts of this series have not been edited by Ipea's editorial department.*
As versões em língua inglesa das sinopses (*abstracts*) desta coleção não são objeto de revisão pelo Editorial do Ipea.

1 INTRODUÇÃO

Uma das características do cenário econômico internacional recente é a importância cada vez maior de algumas economias emergentes. São sistemas econômicos de expressão e com grande potencial, e que têm dependido das dimensões de seus mercados internos, ao mesmo tempo em que procuram consolidar os vínculos econômicos com economias vizinhas. Assim, ao se pensar nas relações entre as economias emergentes de maior porte, algumas características são imediatamente lembradas.

Em primeiro lugar, cinco dessas economias – o foco do presente trabalho – apresentam a peculiaridade de corresponder a um acrônimo BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – criado para identificar sistemas com grandes dimensões geográficas e demográficas, com potencial econômico a ser desenvolvido a médio prazo. Há ainda mais dúvidas que certezas em relação à forma como o conjunto desses países atuará no cenário internacional, mas existe um razoável consenso sobre suas possibilidades de influenciar decisões de interesse global.

Segundo, essas economias têm, em graus distintos, explorado as relações comerciais com os países próximos. Em particular, no que se refere ao Leste Asiático é sabido (BAUMANN; NG, 2012), que existe um forte grau de complementaridade produtiva entre as economias da região, o que tem se traduzido num “multiplicador regional” com um grau elevado de homogeneidade entre as taxas de crescimento do produto dos diversos países. Isso tem claramente contribuído para consolidar o dinamismo e a competitividade de ao menos uma das economias BRICS, a chinesa.

Terceiro, as demais economias desse grupo têm experimentado penetração crescente dos produtos provenientes do Leste Asiático, identificados como chineses, mas que são de fato oriundos de processos produtivos complementares no nível regional.

Quarto, essa situação suscita temores de preferências comerciais crescentemente diferenciadas no nível regional, contribuindo para dificultar o acesso ao mercado por parte de produtos provenientes de outras regiões.

Num cenário como esse, mesmo os aumentos expressivos de produtividade em setores exportadores podem não ser suficientes para superar as condições competitivas

diferenciadas criadas pelos menores custos de transporte – em vista da vizinhança geográfica – assim como as preferências comerciais específicas entre países vizinhos. Este último aspecto é o que motiva o presente trabalho.

Que desafios este cenário impõe a uma economia como a brasileira, que tem experimentado forte penetração de produtos importados, mas que, ao mesmo tempo, conta com baixo grau de integração com as economias vizinhas, o que poderia, em teoria ao menos, contribuir para reduzir custos de produção?

Uma possibilidade é replicar, na medida do possível, a estratégia adotada em outras regiões, aumentando de forma significativa o grau de complementaridade produtiva na América Latina, de modo a ganhar competitividade para explorar de forma conjunta terceiros mercados. Os mercados dos demais países BRICS são candidatos naturais, em vista de suas perspectivas de dinamismo diferenciado. Isso contribuiria para reduzir eventuais desequilíbrios comerciais em alguns setores, como o industrial. Uma questão que uma estratégia desse tipo impõe, contudo, é em relação às condições de acesso a esses mercados. Este trabalho procura analisar essas condições.

Aqui são mapeadas as tarifas de importação entre cada BRIC e cada um dos seus parceiros, assim como as tarifas com que se deparam os produtos brasileiros exportados para esses mercados. O objetivo é identificar se as condições encontradas pelos produtos brasileiros para acesso aos mercados dos demais BRICS e aos mercados de seus países vizinhos são distintas daquelas que cada BRIC proporciona aos produtos de seus vizinhos e as que cada um dos BRICS encontra no acesso aos mercados desses países.

A análise está centrada nas tarifas praticadas pelos diversos países. Como é sabido, a importância relativa das tarifas, como instrumentos de proteção comercial, tem se reduzido ao longo do tempo, resultado da imposição das chamadas barreiras não tarifárias. Idealmente, portanto, este estudo deveria ser complementado pela análise dessas outras medidas protecionistas.

No entanto, tal análise não pôde ser feita nesta etapa, por duas razões principais. Primeiro, seria necessário um trabalho adicional de compatibilização das informações – aqui tratadas no nível setorial de dois dígitos – com os dados disponíveis para barreiras não tarifárias na base World Integrated Trade Solution (WITS), do Banco Mundial

e United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), onde essas barreiras são informadas no nível de produtos, a seis dígitos de classificação, e para um conjunto variado de medidas. Segundo, as informações estão disponíveis para as barreiras adotadas por cada país no seu comércio como um todo, e não em termos de transações bilaterais, como considerado aqui. O foco ficou, portanto, restrito às alíquotas tarifárias.

O texto está dividido em sete seções. A próxima seção analisa a composição das tarifas consolidadas dos países BRICS junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), como indicativa de seu comprometimento em relação à abertura comercial. A terceira seção analisa de forma comparada a estrutura das tarifas aplicadas pelos diversos BRICS. A quarta seção mostra os resultados de um exercício econométrico em que se procura identificar a racionalidade econômica da estrutura setorial de preferências tarifárias dos BRICS. A quinta seção compara a estrutura tarifária brasileira e a correspondente estrutura dos demais BRICS. A sexta seção analisa as tarifas impostas pelos demais BRICS e seus vizinhos aos produtos brasileiros, em comparação com as tarifas aplicadas no comércio regional, em cada caso. A última seção traz algumas considerações gerais.

2 A SINALIZAÇÃO DOS BRICS QUANTO À POLÍTICA COMERCIAL

A literatura sobre reforma da política comercial externa é enfática em assinalar que a credibilidade é uma condição básica para que uma reforma dessa política – sobretudo quando se trata de redução de barreiras ao comércio – seja sustentável ao longo do tempo. As razões para tanto estão relacionadas com a economia política: a capacidade de mobilização e pressão dos agentes econômicos interessados em criar ou preservar barreiras ao comércio é sempre maior do que a capacidade de mobilização e pressão por parte dos agentes econômicos afetados negativamente pela imposição de barreiras.

Em outras palavras, os consumidores, que são as principais vítimas do encarecimento ou da proibição de acesso aos bens e serviços importados, são em maior número e mais dispersos do que o conjunto formado: *i*) por produtores de bens e

serviços que competem com importações; *ii*) por seus fornecedores de insumos e matérias-primas; e *iii*) pelos sindicatos de trabalhadores nos setores protegidos etc.

Isso faz com que um processo de abertura comercial demande, em paralelo, uma sinalização convincente de empenho político na sua preservação, assim como medidas complementares que possibilitem sua continuidade.

Uma possibilidade de sinalizar empenho político na preservação de um processo de liberalização comercial é o registro, junto à OMC, dos valores máximos para o imposto de importação. São as chamadas “tarifas consolidadas”. A adoção de uma tarifa acima do nível consolidado por parte de um país implica abrir negociação bilateral com todos os demais membros da OMC, o que é muito difícil, uma vez que abre margem para demandas variadas, além da extensão do próprio processo negociador, com mais de 100 parceiros individualmente. Na prática essas tarifas são, portanto, um teto limitante.

As tarifas consolidadas são um indicativo do comprometimento da política com um dado grau de abertura comercial: quanto mais itens da pauta comercial tiverem sua tarifa consolidada, e quanto mais baixo o nível dessa tarifa, tanto mais consistente será a sinalização por parte do país aos agentes econômicos, em relação ao seu compromisso efetivo com um processo de liberalização comercial.

Essa é a razão básica por que, por exemplo, nos anos 1990, de intenso combate aos processos inflacionários internos, a maior parte dos países da América Latina consolidou a totalidade de seus itens tarifários, e em níveis mais baixos do que aqueles historicamente observados nas tarifas adotadas por esses países. A abertura comercial era parte importante dos processos de combate à inflação nesses países, e era importante convencer os agentes econômicos de que essa era uma decisão para valer.

Os dados relativos às tarifas consolidadas e tarifas aplicadas, sem ponderação, foram obtidos junto ao International Trade Centre (ITC), organismo vinculado à OMC e à UNCTAD. Mais à frente no texto, as informações por setores, assim como os valores ponderados pelos fluxos de comércio, foram obtidos junto à base de dados WITS, com alguns ajustes a partir dos dados primários da base de dados United Nations Commodity Trade Statistics Database (UN/COMTRADE), como será descrito.

Uma ideia da distribuição setorial das tarifas consolidadas para cada país pode ser obtida através dos indicadores no nível setorial, como mostrado nos gráficos 1 a 4, para setores com classificação de dois dígitos. Os dados estão disponíveis para alíquotas consolidadas setoriais nos níveis mínimo, médio e máximo. Para os presentes propósitos (sinalização de comprometimento com grau de abertura) faz mais sentido comparar as alíquotas máximas. Os dados por setor são apresentados na tabela A.1 do anexo.

Um primeiro ponto a ressaltar é que, como a Rússia só recentemente teve aprovado seu ingresso como país-membro da OMC, e esse é um processo que leva alguns anos para se concretizar, não existem dados de tarifas consolidadas para tal país.

Um segundo ponto é que a Índia e a África do Sul têm menos setores com tarifas consolidadas na OMC do que a China e o Brasil. Nestes dois países há informações para todos os setores considerados. Esta é uma informação relevante: a exclusão de setores da lista de tarifas consolidadas dá ao país margem para a elevação de alíquotas; portanto, sinaliza um empenho menor em restringir eventuais ímpetus protecionistas.

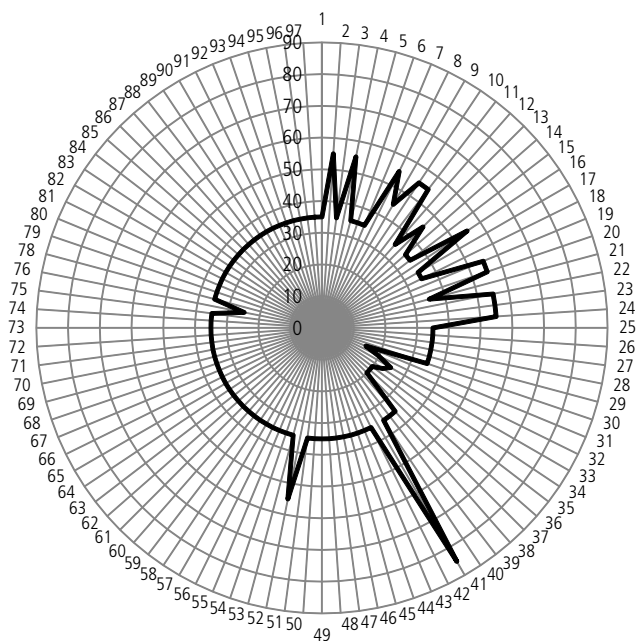
Terceiro, as alíquotas para a China são em geral as mais baixas, para a maior parte dos setores. Isso não impede, contudo, a existência de alguns setores em que as alíquotas consolidadas sejam bastante elevadas, como cereais, produtos de moagem e fumo, com 65%, e brinquedos, com alíquota de 95%.

No caso do Brasil, a maior parte das alíquotas consolidadas tem um valor máximo de 35%. As exceções são couros e peles, com 85%, e diversos setores produtores de alimentos, bebidas e fibras têxteis sintéticas, com alíquotas que chegam a um máximo de 55%.

Como dito acima, na medida em que as tarifas consolidadas são um sinal do grau de comprometimento de um país com um comércio externo mais livre, a Índia é, de longe, o país mais protecionista dentre os cinco. São diversos os setores em que a tarifa consolidada é de 150%, e em alguns, como óleos e gorduras animais, produtos têxteis, vestuário e calçados e acessórios de vestuário, superam os 200%. De fato, neste último setor a tarifa consolidada atinge surpreendentes 703%, o valor mais elevado dos quatro gráficos.

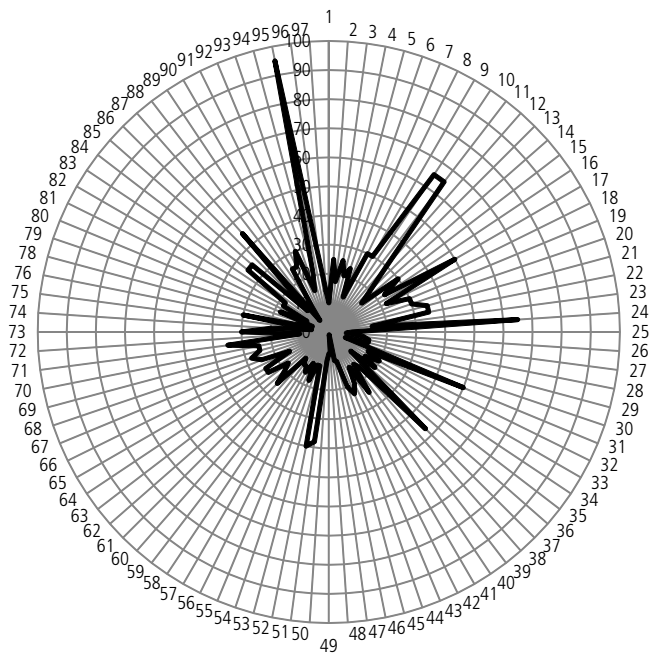
Por último, a África do Sul tem médias tarifárias consolidadas mais baixas que as dos demais países. Isso não a impede, contudo, de estabelecer tetos tarifários superiores aos 160% para alguns alimentos e expressivos 597% para bebidas.

GRÁFICO 1
Brasil: alíquotas consolidadas máximas



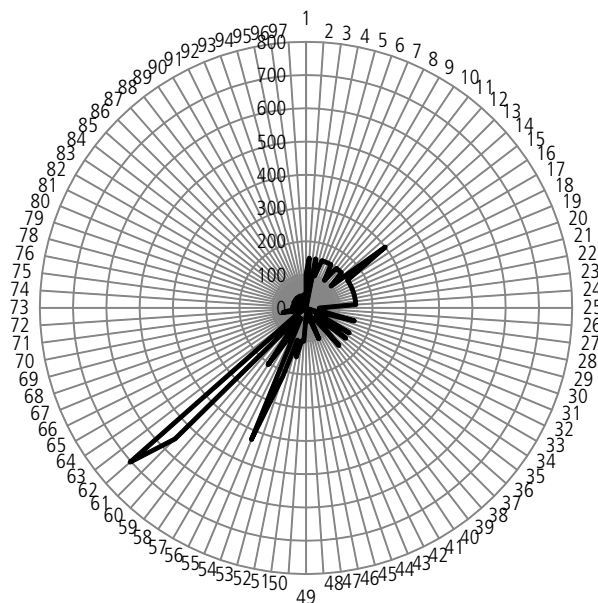
Fonte: WITS. Elaboração própria.

GRÁFICO 2
China: alíquotas consolidadas máximas



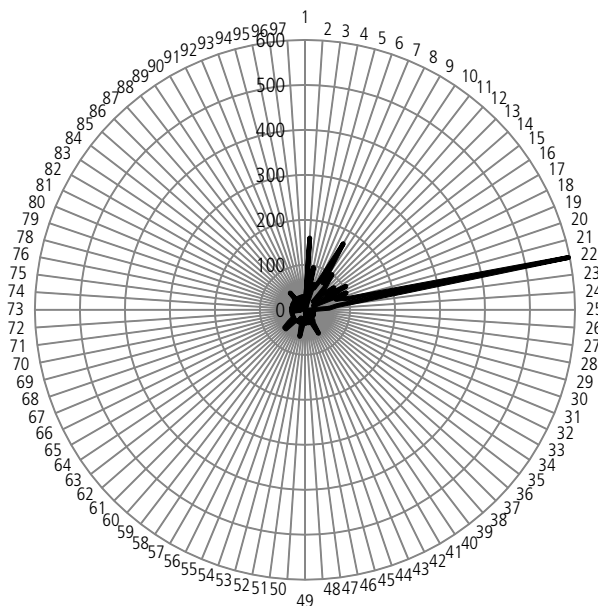
Fonte: WITS. Elaboração própria.

GRÁFICO 3
Índia: alíquotas consolidadas máximas



Fonte: WITS. Elaboração própria.

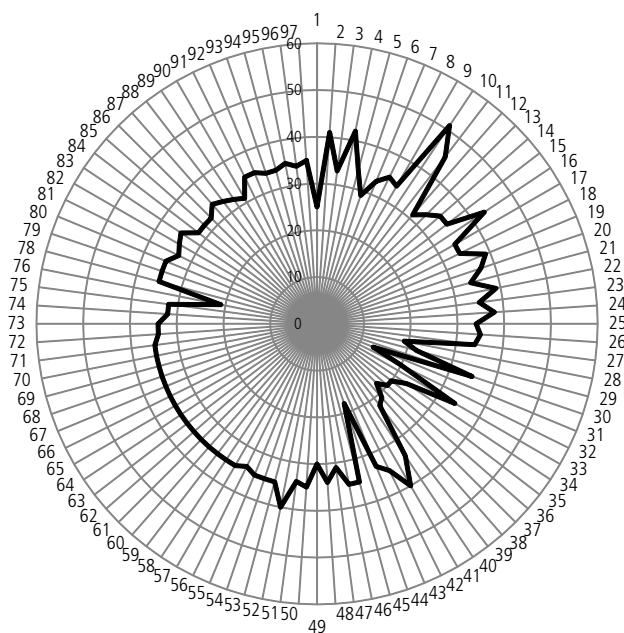
GRÁFICO 4
África do Sul: alíquotas consolidadas máximas



Fonte: WITS. Elaboração própria.

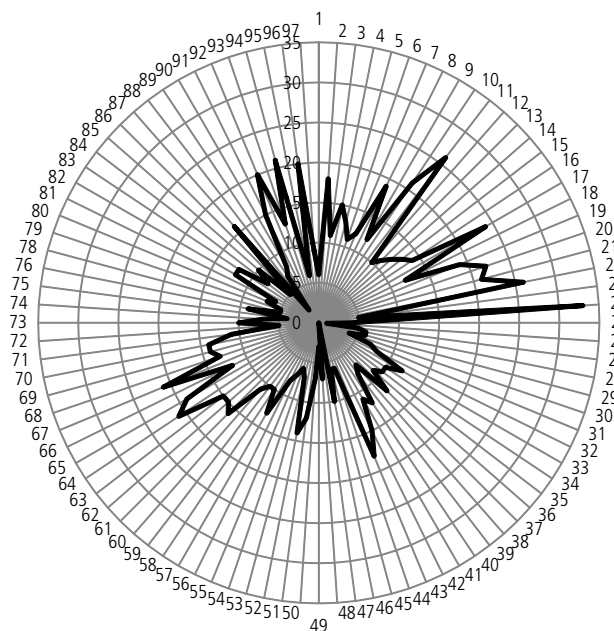
As alíquotas máximas são – como já dito – uma indicação do grau de comprometimento de um país com a abertura ao comércio. No entanto, e como estamos trabalhando no nível de setores (dois dígitos), se num dado setor um único produto tiver tarifa muito elevada, enquanto as tarifas dos demais produtos forem baixas, a alíquota máxima pode ser pouco representativa. Para lidar com essa possibilidade, os gráficos 5 a 8 mostram essa distribuição para as alíquotas consolidadas médias. Os dados são apresentados na tabela A.1, no anexo.

GRÁFICO 5
Brasil: alíquotas consolidadas médias



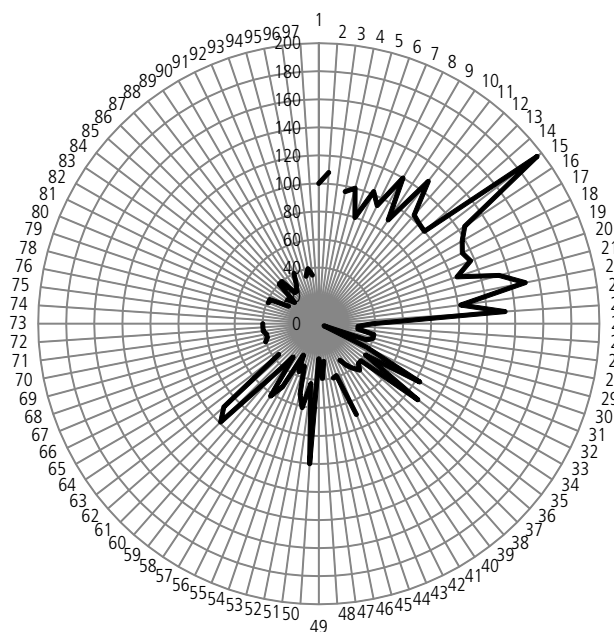
Fonte: WITS. Elaboração própria.

GRÁFICO 6
China: alíquotas consolidadas médias



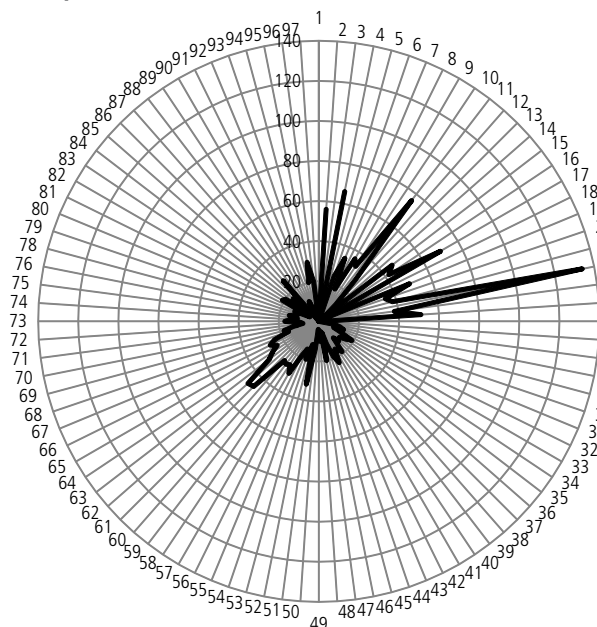
Fonte: WITS. Elaboração própria.

GRÁFICO 7
Índia: alíquotas consolidadas médias



Fonte: WITS. Elaboração própria.

GRÁFICO 8
África do Sul: alíquotas consolidadas médias



Fonte: WITS. Elaboração própria.

Confirmando as expectativas, os quatro gráficos mostram que não apenas as alíquotas médias são mais baixas, mas há, além disso, alguma alteração nos setores com percentuais mais elevados. No caso do Brasil a alíquota máxima (85%) correspondia a couros e peles. Ao se considerar as alíquotas médias, o percentual mais elevado é o de cereais, com 51%. E há outros seis setores com percentuais entre 40% e 43%. Todos os demais têm percentuais abaixo de 39%. Uma peculiaridade brasileira é que este é o país onde é menor a diferença entre as alíquotas consolidadas máximas e médias, sugerindo maior homogeneidade nas alíquotas consolidadas em cada setor.

No caso da China, se a alíquota máxima mais pronunciada é de 95% para brinquedos e jogos, a alíquota média mais alta é de 33% para fumo. Ela é seguida de dez setores com alíquotas entre 20% e 26%, sendo as demais alíquotas menores que 19%.

Na Índia, a alíquota máxima é de 703% para artigos de vestuário e calçados. Ao considerarmos a alíquota média, o percentual mais elevado passa a ser o de gorduras e óleos animais, com 196%, seguido de bebidas, com 150%, e preparações alimentícias

e fumo, ambos com 133%. Os setores produtores de alimentos e fumo têm, em geral, alíquotas médias superiores a 100% e os demais, alíquotas médias em torno dos 40%.

No caso da África do Sul o setor de bebidas tem alíquota máxima de 597% e é também o setor com alíquota média mais elevada, com 134%. É o único setor desse país com alíquota média acima de 100%. Outros casos notáveis são os da indústria de moagem, com 76%, açúcar, com 70%, e produtos lácteos, com 66%. O resto dos setores tem uma alíquota média de 18%.

As alíquotas médias qualificam os resultados obtidos para as alíquotas máximas, mas não alteram a hierarquia obtida antes. A julgar em termos de nível de tarifas consolidadas, a economia mais fechada dos BRICS é a Índia, seguida por Brasil, China e África do Sul.

Os indicadores apresentados até aqui dizem respeito às tarifas consolidadas na OMC, o que significa apenas tetos compromissados. É interessante comparar os BRICS no que se refere às alíquotas aplicadas em relação aos seus países vizinhos e em relação ao Brasil.

3 A POLÍTICA TARIFÁRIA DOS BRICS

A tabela 1 mostra as tarifas médias – não ponderadas – por tipos de produtos, para os cinco BRICS. Os dados referem-se ao ano de 2011, segundo a página web do ITC.

TABELA 1
As tarifas aplicadas dos BRICS
(Em %)

	China	Índia	Rússia	África do Sul	Brasil
Tarifa média para todos os produtos	12,6	12,7	10,9	5,4	11,1
Tarifa média para produtos agrícolas	21,9	41,6	20,4	9,9	10,3
Tarifa média para produtos industriais	11,9	10,7	10,3	4,9	11,2

Fonte: ITC.

A primeira linha da tabela 1 mostra que o nível agregado das tarifas aplicadas é semelhante na China e na Índia, e é superior às tarifas dos outros três países (embora a diferença de ambas com a economia brasileira seja pequena). Isso é particularmente notável para produtos agrícolas. A Índia se destaca como altamente cautelosa, com tarifas correspondentes ao dobro das tarifas dos demais países. Não deveria ser surpresa o fato de que para a África do Sul e o Brasil – países competitivos em recursos agrícolas – as tarifas para esses produtos sejam as mais baixas.

Já para os produtos industriais é a China que se mostra mais cautelosa, embora seu nível médio tarifário não seja muito mais elevado do que o adotado por Índia, Rússia e Brasil. A África do Sul é o país mais liberal no comércio desses itens.

A visualização nesse nível agregado dá apenas uma ideia geral do grau médio de sinalização de cada país em relação a um comércio mais livre. Como todo indicador agregado, revela tanto quanto encobre.

Dado o objetivo deste trabalho, faz mais sentido investigar a estrutura de alíquotas aplicadas em relação a parceiros comerciais específicos. Para tanto, consideramos como uma dimensão fundamental para a presente análise a das relações de cada BRIC com os países em sua “área de influência econômica mais próxima”.

A literatura sobre “candidato natural à integração regional” é variada e controversa. Não há critério universalmente aceito para se considerar um determinado país como tal (SUMMERS, 1991; KRUGMAN, 1991; BHAGWATI, 1993; BHAGWATI; PANAGARYIA, 1996). Para os presentes propósitos foi adotado um critério *ad hoc*: essa área de influência foi definida a partir da proximidade geográfica e da importância relativa das relações comerciais.

Assim, temos as seguintes composições dos respectivos mercados regionais:

1) Para o Brasil: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela – os países-membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e os da Comunidade Andina, mais o Chile.

2) Para a China: Cingapura, Coreia do Sul, Filipinas, Hong-Kong, Indonésia, Japão, Malásia, Mongólia, Taiwan, Tailândia e Vietnã (os países do Leste Asiático).

3) Para a Índia: Bangladesh, Butão, Maldivas, Paquistão e Sri Lanka (os países do Sul da Ásia).

4) Para a Rússia: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Moldávia, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão – os países-membros da Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

5) Para a África do Sul: Angola, Botsuana, Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Moçambique, Ilhas Maurício, Namíbia, Ilhas Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue – os países-membros da South African Customs Union (SACU) e da South African Development Community (SADC).

A importância relativa do comércio com os “vizinhos” é variada. Em 2010 esses países vizinhos corresponderam a 19% das exportações e 14% das importações brasileiras. No caso da China, esses percentuais foram de 34% e 35%. Nos demais casos, temos: na Índia, 1,5% e 0,2%; na Rússia, 0,5% e 13%; e na África do Sul, 10% e 2%, respectivamente. Brasil e China são, portanto, os dois países BRICS com maior peso nas relações comerciais regionais.

Numa primeira aproximação, a tabela 2 mostra as alíquotas médias simples para cada BRICS com seus países vizinhos. Cabe ressaltar que a tabela 2 não considera os regimes especiais de importação. Isso é particularmente relevante em alguns casos, como na China, onde é sabido que boa parte de seu comércio externo está associado às zonas especiais de exportação. Mas para os propósitos e no escopo do presente trabalho as informações aí contidas permitem uma visão geral comparativa.

Os dados da tabela 2 indicam as alíquotas médias não ponderadas com que se depara cada BRICS em suas exportações para os países vizinhos, assim como as alíquotas médias não ponderadas praticadas por cada BRICS em suas importações de itens provenientes dos países vizinhos.

TABELA 2
Alíquotas médias simples por país
 (Em %)

		Brasil								
		Argentina	Bolívia	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela
Exportação		0,01	0,11	0,19	2,10	5,34	0,18	1,47	0,16	3,92
Importação		0,00	0,00	0,22	0,37	0,40	0,24	0,90	0,04	0,26
		Rússia								
		Armênia	Azerbaijão	Bielorrússia	Cazaquistão	Quirguistão	Moldávia	Tadjiquistão	Turcomenistão	Ucrânia
Exportação		0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,59	0,22
Importação		0,23	0,42	0,00	0,00	0,00	0,23	0,00	0,00	0,30
		Índia								
		Bangladesh	Butão	Maldivas	Paquistão	Sri Lanka				
Exportação		16,02	0,00	20,58	13,69	11,87				
Importação		5,42	0,00	5,83	13,61	2,93				
		China								
		Hong Kong	Indonésia	Japão	Coreia do Sul	Malásia	Mongólia	Filipinas	Cingapura	Tailândia
Exportação		0,00	3,55	9,89	13,63	6,85	5,05	6,00	0,00	12,82
Importação		7,78	2,13	10,44	9,77	2,13	10,44	2,14	2,04	2,14
		África do Sul								
		Angola	Botsuana	Congo	Lesoto	Madagascar	Malauwi	Ilhas Maurício	Moçambique	Namíbia
Exportação		8,74	0,00	13,53	0,00	1,01	12,01	1,33	1,55	0,00
Importação		0,97	0,00	0,97	0,00	0,97	0,97	0,97	0,97	0,00
		Seychelles	Suazilândia	Tanzânia	Zâmbia	Zimbábue				
Exportação		19,07	0,00	15,84	2,52	22,31				
Importação		10,34	0,00	0,97	0,97	0,97				

Fonte: ITC.

Segundo essa tabela, o comércio entre a Rússia e seu entorno é o mais livre, com alíquotas próximas de zero em quase todos os casos; a única exceção corresponde às exportações russas para o Turcomenistão.

Em segundo lugar, vem o comércio do Brasil com seus vizinhos. O Brasil adota alíquotas nominais próximas de zero em suas importações provenientes da América do Sul, mas se depara com alíquotas superiores nas suas vendas para os países da Comunidade Andina, embora em um nível pouco elevado: a alíquota média mais alta é de 5,34%, no caso do Equador.

A Índia é o caso mais restritivo. Além de suas exportações enfrentarem tarifas consideráveis (20,58%, no caso das Maldivas) ela impõe barreiras nominais que

superam os 13%, no caso dos produtos provenientes do Paquistão, por exemplo. Esse resultado é consistente com a impressão de que a Índia mantém uma elevada propensão a adotar barreiras ao comércio.

A China seria – de acordo com esta listagem – o segundo BRIC mais fechado ao comércio. Seus produtos enfrentam alíquotas nominais acima de 13% na Coreia do Sul, e barreiras consideráveis também nos demais vizinhos (exceção de Hong-Kong e Cingapura), enquanto ela impõe alíquotas na faixa dos 10% a produtos importados do Japão, Coreia do Sul e Mongólia.

Por último, a África do Sul apresenta uma situação intermediária, com comércio livre com os parceiros da União Aduaneira de que faz parte, ou com barreiras irrisórias com diversos parceiros (os membros da SACU: Botsuana, Lesoto, Namíbia, Suazilândia e mais Madagascar, Ilhas Maurício, Moçambique e Zâmbia), ao mesmo tempo que suas exportações enfrentam barreiras expressivas em Angola, Congo, Malawi, Seychelles, Tanzânia e Zimbábue.

A julgar pelos dados da tabela 2, portanto, com as possíveis exceções da Rússia e do Brasil, não é imediata a identificação de um padrão com baixas tarifas praticadas por parte dos BRICS em sua relação com os países vizinhos, em termos de alíquotas nominais simples.

É preciso refinar a análise, para diferenciar, em cada caso, as alíquotas ponderadas pelos valores efetivamente transacionados, e as margens de preferência, refletidas na comparação entre as alíquotas gerais adotadas por cada país e as alíquotas preferenciais com cada parceiro. Isso permitirá comparar, ademais, o tratamento dado por cada BRIC ao seu entorno, e as condições de acesso por parte de produtos brasileiros a cada um dos demais BRICS e aos seus países vizinhos em forma comparativa.

As informações que permitem esse tipo de análise foram obtidas da base WITS, do Banco Mundial. São considerados dois períodos de referência: os anos de 2005 (com dados segundo o Sistema Harmonizado de 2002, ou HS-2) e de 2010 (com dados segundo o Sistema Harmonizado de 2007, ou HS-3).

Para homogeneizar as informações foi preciso proceder a um pequeno ajuste. Para a presente análise foi necessário estimar o peso relativo de cada país no comércio bilateral e de cada setor no total comercializado. Isso foi feito a partir dos dados de importação.

A base WITS traz dados para o ano de aplicação da alíquota tarifária e para o ano de referência quanto ao fluxo de comércio. Em vários casos as informações são relativas a anos distintos, para a alíquota e para o fluxo de comércio. Como a fonte dos dados para o WITS é a base UN/COMTRADE, consideramos como ano de comércio o mesmo ano ao qual se refere a tarifa. Assim, por exemplo, quando, para um dado país, o ano tarifário for 2010, mas os dados de comércio indicados no WITS forem relativos a 2009 (ou 2005-2004), consideramos o dado de comércio para 2010 (2005), conforme indicado no COMTRADE. A suposição é de que, no nível de agregação setorial de dois dígitos de classificação, o viés introduzido não deve ser relevante.

Há, contudo, outro viés na presente análise. A base de classificação setorial adotada, o Sistema Harmonizado, compreende 96 setores. Como é razoável prever, boa parte dos fluxos comerciais bilaterais nesse nível de agregação tem valores desprezíveis. Para centrar o foco nas transações relevantes foi necessário identificar aqueles setores, em cada país, com algum peso significativo nas suas transações externas, assim como os parceiros comerciais de expressão em cada setor.

Isso implicou usar os dados de exportação declarados por cada BRIC para cada mercado, mais os dados de importação declarados por cada parceiro, para permitir avaliar o peso relativo de cada setor e de cada parceiro em relação ao comércio total de cada país. Como é sabido, isso por si só introduz distorção, uma vez que há diferenças entre o que um país declara ter exportado a outro e este declara ter importado do primeiro. Essa distorção é certamente maior no nível setorial do que no nível agregado. Mas o tipo de análise feita aqui não permitia alternativa.

Há ao menos cinco dimensões de análise relevantes. Primeiro, a média das alíquotas tarifárias. Segundo, a margem de preferência dada a cada país. Essa margem é medida aqui como a diferença percentual entre a tarifa praticada em cada fluxo de comércio bilateral e a alíquota nominal por setor, vigente para o resto do mundo.¹ Terceiro, uma avaliação da racionalidade econômica dessas preferências no nível setorial;

1. A chamada tarifa NMF ou Nação mais Favorecida.

procuraremos identificar se as margens de preferência são mais elevadas para os parceiros comerciais mais importantes e/ou para os setores de maior peso no comércio externo dos países. Quarto, a comparação entre as alíquotas setoriais impostas pelo Brasil e as alíquotas com que os produtos brasileiros se deparam nos países considerados. Quinto, a comparação entre as alíquotas vigentes no comércio bilateral entre cada BRIC e seus países vizinhos e as alíquotas impostas aos produtos brasileiros nesses mesmos mercados.

A tabela 2 mostrou as alíquotas médias praticadas por cada BRIC com seus países vizinhos. Cabe agora avaliar as margens de preferência concedidas, em cada caso, isto é, considerar a alíquota aplicada a cada país, em comparação com a alíquota tarifária geral, para cada setor produtivo.

A tabela 3 mostra as margens médias de preferência concedidas pelos cinco BRICS aos seus vizinhos, igualmente em termos de alíquotas simples, não ponderadas.²

De acordo com a tabela 3, o Brasil tem margem de preferência máxima em termos de alíquota nominal em benefício de seus parceiros no Mercosul. Já para os demais países sul-americanos é notável registrar que essa margem aumentou e muito, entre 2005 e 2010, tanto em número de setores envolvidos (exceção de Bolívia e Venezuela) quanto em termos da margem média de preferência, em todos os casos.

No caso da China, as informações disponíveis indicam que também houve um aumento do percentual de preferências concedidas entre os dois anos considerados. Em média, o número de setores beneficiados em 2010, no caso chinês, é maior do que no Brasil, o que indica maior amplitude setorial.

Os dados para a Índia são mais escassos, e sugerem, no geral, um número limitado de setores beneficiados no comércio com os países vizinhos, assim como percentuais de preferência mais limitados do que no Brasil e na China. Os destaques são as Ilhas Maldivas, em que os produtos de dois setores passaram a ter isenção de impostos em 2010, e Sri Lanka, país com maior número de setores beneficiados. Mas, neste caso, houve entre os dois anos redução tanto do número de setores quanto da margem de preferência.

2. Chama a atenção a ausência do Japão na tabela 3. Em particular, porque a tabela 4 mostrará que esse país faz significativas concessões tarifárias aos produtos chineses. Mas nas bases de dados consultadas não foi encontrado qualquer setor em que as tarifas aplicadas pela China a produtos japoneses fossem menores que as tarifas NMFs, critério adotado aqui para medir margem de preferência.

TABELA 3
Margens de preferência de cada BRIC aos seus vizinhos
 (Em %)

		Brasil														
		Argentina	Bolívia	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela						
2005	Média (%)	100	65	27	51	68	100	58	100	52						
	N =	94	43	80	57	35	52	49	79	40						
2010	Média (%)	100	100	100	95	98	100	92	100	97						
	N =	90	38	79	51	32	45	70	69	27						
		China														
		Hong Kong	Indonésia	Coreia	Malásia	Filipinas	Singapura	Taiilândia	Vietnã							
2005	Média (%)	..	54	3	48	..	47	90	91							
	N =	..	11	50	13	..	14	8	5							
2010	Média (%)	39	95	8	95	96	96	92	94							
	N =	65	87	67	86	87	87	90	86							
		Índia														
		Bangladesh	Butão	Maldivas	Paquistão	Sri Lanka										
2005	Média (%)	22	49	46	11	86										
	N =	26	11	7	25	82										
2010	Média (%)	100	17	84										
	N =	2	32	77										
		Rússia														
		Armênia	Azerbaijão	Casaquistão	Quirguistão	Moldávia	Tadjiquistão	Turcomenistão	Ucrânia	Uzbequistão						
2005	Média (%)						
	N =						
2010	Média (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100						
	N =	44	42	63	35	54	35	28	86	64						
		África do Sul														
		Angola	Botswana	Lesoto	Malauí	Ilhas Maurício	Moçambique	Namíbia	Seydelles	Tanzânia	Zâmbia	Zimbábue				
2005	Média (%)	97	100	100	98	98	98	100	98	98	98	98				
	N =	24	15	2	45	50	47	1	14	49	49	65				
2010	Média (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100				
	N =	26	1	3	40	50	53	4	15	44	49	62				

Fonte: WITS. Elaboração própria.

Para a Rússia e seus vizinhos, só existem informações disponíveis na base consultada para o ano de 2010. Em todos os casos o número de setores beneficiados é também menor do que o observado no Brasil e na China, mas os produtos originários de todos os países vizinhos contam com isenção total de impostos.

A África do Sul também aumentou sua margem de preferência aos produtos regionais. Como na Rússia, em 2010 os produtos de todos os vizinhos passaram a ter isenção no acesso ao mercado daquele país. Isso refletiu – como nos demais casos – um aumento ou preservação da margem de preferência, embora o número de setores beneficiados tenha se reduzido em diversos casos, sobretudo Botsuana, em que a redução foi de 15 para um único setor.

Esses resultados confirmam a percepção de que houve, entre 2005 e 2010, um aumento geral na facilitação de acesso ao mercado dos BRICS por parte dos produtos de seus países vizinhos, com o destaque – em termos de amplitude setorial – correspondendo ao Brasil e à China.

O passo seguinte nesse processo de identificação das relações mais intensas no nível regional é verificar as margens de preferência comerciais que os países vizinhos têm concedido a seus respectivos BRICS, em cada região. Isso é mostrado na tabela 4, a partir das alíquotas ponderadas pelo valor do comércio bilateral.

As informações sobre as alíquotas impostas pelos países vizinhos aos produtos dos BRICS em cada região são bastante limitadas, na base consultada.³ No entanto, os dados disponíveis são indicativos de um aumento nas margens de preferência, entre 2005 e 2010. A julgar pelos dados da tabela 4, as exceções seriam as reduções nas margens de preferência concedidas pelo Japão aos produtos chineses e pelas Ilhas Maurício aos produtos da África do Sul. Em todos os demais casos houve aumento nas margens de preferência, em alguns casos em proporções bastante substantivas.

3. Em alguns casos, como a China, isso poderia sugerir que esse país faz concessões preferenciais, e não recebe nada em troca. Mas isso é apenas uma característica da base consultada, que não traz informações suficientes.

TABELA 4
Margens de preferências dos países vizinhos aos BRICS

		2005		2010	
		Número de setores	Margem média (%)	Número de setores	Margem média (%)
Brasil	Argentina	95	100,00	92	100,00
	Bolívia	95	80,98	88	97,29
	Chile	95	96,70	93	99,91
	Colômbia	93	25,13	89	76,51
	Equador	74	19,33	71	53,58
	Paraguai	93	99,09	92	99,09
	Peru	65	19,70	80	58,47
	Uruguai	95	99,14
China	Hong Kong
	Japão	74	62,33	77	60,90
	Coreia	61	13,01
	Malásia
	Mongólia
	Cingapura
	Tailândia
	Vietnã	6	61,30
Índia	Bangladesh
	Maldivas	15	4,97
	Paquistão	33	5,93
	Sri Lanka	67	30,03	68	61,52
Rússia	Azerbaijão
	Bielorrússia	88	100,00
	Quirguistão	58	100,00
	Moldávia	63	100,00
África do Sul	Madagascar	78	83,99
	Malawi	86	44,50
	Maurício	50	65,42	25	56,31
	Moçambique	70	21,45
	Namíbia	80	100,00
	Tanzânia	78	43,99
	Zâmbia

Fonte: WITS. Elaboração própria.

É notável observar, ademais, que o número de setores beneficiados, nas importações feitas pelos países satélites é, em geral, maior do que o número de setores beneficiados pelos BRICS em suas importações dos países vizinhos. Isso pode ser um reflexo do próprio diferencial de capacidade de oferta, tendo os BRICS estruturas produtivas mais diversificadas, portanto interesse exportador mais amplo do que a maior parte dos países vizinhos.

A partir das tabelas 3 e 4 é possível afirmar, portanto, que na segunda metade da década passada houve um claro processo de facilitação de comércio, com maiores concessões tanto por parte de cada BRIC quanto por parte dos seus vizinhos. Isso consolida, em cada caso, uma área de influência comercial. Resta saber em que medida, do ponto de vista da estratégia exportadora brasileira, essa consolidação implica dificuldades adicionais aos produtos brasileiros, tendo em vista o diferencial das condições de acesso tanto aos mercados dos demais BRICS quanto aos mercados dos países vizinhos a cada um deles.

Antes de prosseguir nessa linha comparativa, contudo, é interessante analisar a possibilidade de se identificar uma racionalidade econômica para a concessão de margens de preferência.

4 CRITÉRIOS PARA AS PREFERÊNCIAS COMERCIAIS

Em princípio, seria razoável imaginar que cada país adotasse um enfoque de “parceiro natural”, como discutido anteriormente, para definir os percentuais de preferência. Nesse sentido, os parceiros com maior peso no comércio bilateral seriam candidatos naturais a poder contar com maiores margens de preferência comercial.

Outra possibilidade seria uma seletividade setorial. Os setores de maior peso no comércio bilateral poderiam ser mais estimulados, de modo que haveria uma relação direta entre o peso relativo de cada setor no comércio bilateral e sua margem de preferência. Setores com maior peso no intercâmbio teriam, assim, maior probabilidade de virem a ser beneficiados com maiores margens de preferência.

Ainda sob a ótica setorial, um enfoque de estímulo à estrutura produtiva interna sob uma ótica dinâmica privilegiaria a importação de itens com maior componente tecnológico. Desse modo, aqueles setores produtores de itens com mais tecnologia incorporada tenderiam a ser mais beneficiados, com maiores margens de facilitação para acesso ao mercado. No nível de dois dígitos do Sistema Harmonizado, esses setores seriam: 84 – reatores nucleares; 85 – equipamentos elétricos; 88 – aeronaves; 90 – equipamentos óticos, de fotografia e de cinema; e 91 – relógios e instrumentos de medição.

Essas possibilidades foram testadas usando o seguinte modelo, como detalhado no anexo B. Trata-se de verificar a magnitude de correlação entre essas variáveis, e não necessariamente a relação de causalidade, mais pertinente numa análise mais desagregada, por produtos.

$$Y_{ijk} = \mu + \beta_1 \%país + \beta_2 \%setor + \alpha_j + \gamma_k + \varepsilon_{ijk}$$

No modelo acima, tem-se:

Y_{ijk} : logito da margem de preferência dada pelo país BRICS i ao parceiro j para o k -ésimo tipo de produto em 2010;

μ : média geral (intercepto);

β_1 : coeficiente para %país em 2005;

β_2 : coeficiente para %setor em 2005;

α_j : efeito do j -ésimo parceiro regional (*partner*);

γ_k : efeito do k -ésimo tipo de produto (alta tecnologia ou outro – conforme classificação para o Sistema Harmonizado); e

ε_{ijk} : componente de erro aleatório com $\varepsilon_{ijk} \sim N(0, \sigma^2)$.

Os resultados sugerem algumas diferenças de enfoque entre os diversos BRICS, no que se refere a critérios para concessão de preferências tarifárias.

Este exercício não pode ser feito para a Rússia, uma vez que – como mostrado na tabela 4 – as informações disponíveis apontam para isenção total para todos os seus parceiros.

Quanto aos demais BRICS, foi encontrado que a variável %país, que identifica os parceiros comerciais mais relevantes, não tem poder explicativo em nenhum dos casos. Isso significa que as preferências comerciais são concedidas segundo outros critérios, que não a importância relativa do parceiro comercial.

A variável relativa à participação de cada setor também não apresentou poder explicativo, com a única exceção da China. No entanto, o sinal do seu coeficiente nesse caso é negativo, indicando que esse país dá mais preferência aos setores com menos peso nas importações.

Quanto à última dimensão considerada, o nível de sofisticação tecnológica, os resultados não foram significativos para a Índia e a África do Sul, mas sugestivos nos casos do Brasil e da China. Enquanto na China foi encontrado que as margens de preferência são maiores para os setores de alta tecnologia, para o Brasil os resultados apontam para uma relação inversa: esses setores são menos beneficiados que os demais, em termos de margem de preferência comercial.

O que esses resultados sugerem é que parece existir estratégias diferenciadas, em cada um dos BRICS, em termos do que eles privilegiam para conceder preferências tarifárias. Um tema relevante para merecer investigações posteriores, mais detalhadas.

5 AS BARREIRAS BRASILEIRAS E AS DOS DEMAIS BRICS

Este estudo é uma análise comparativa das barreiras – tarifas nominais – aplicadas por diversos países. A economia brasileira, como se sabe, tem um longo histórico de adoção de tarifas de importação elevadas, com alguns momentos, como em 1990 e 1994, de expressivas reduções e melhora no grau de dispersão das alíquotas. Persistem, no

entanto, algumas dessas barreiras. Por exemplo, Tavares e Costa (2010) mostraram que, nos setores produtores de bens intermediários, as alíquotas tarifárias brasileiras superam sistematicamente as tarifas praticadas por outros BRICS.

Uma questão que esse contexto sugere é, portanto, como as barreiras adotadas no Brasil se comparam com as barreiras tarifárias impostas pelos parceiros comerciais aos produtos brasileiros. Com base nos dados processados aqui (alíquotas aplicadas ponderadas) foi feito um levantamento do número de setores produtivos em que as tarifas brasileiras são mais elevadas do que aquelas impostas por outros países aos produtos brasileiros, e dos setores em que ocorre o inverso. A tabela 5 mostra esses resultados.

TABELA 5
Países e número de setores em que as alíquotas tarifárias adotadas pelo Brasil são maiores ou menores que as alíquotas impostas aos produtos brasileiros

2005	Maior		Número de setores	Menor			Número de setores
	Número de setores	2010		2005	Número de setores	2010	
Bangladesh	2	Bielorrússia	8	Bangladesh	4	Bielorrússia	4
Bolívia	24	Bolívia	1	Bolívia	10	Bolívia	1
Chile	36	China	65	China	23	China	16
China	57	Colômbia	4	Colômbia	47	Colômbia	28
Colômbia	6	Equador	1	Equador	26	Equador	9
Equador	2	Índia	39	Índia	42	Índia	21
Índia	23	Japão	28	Japão	4	Japão	4
Japão	30	Coreia	51	Madagascar	2	Coreia	11
Malásia	23	Madagascar	1	Malásia	9	Malauí	1
Maurício	6	Maurício	3	Maldivas	1	Peru	27
Namíbia	1	Moldávia	5	Maurício	4	África do Sul	8
Paquistão	12	Peru	14	Moçambique	4	Sri Lanka	4
Peru	19	África do Sul	39	Namíbia	2	Tanzânia	2
Rússia	16	Sri Lanka	4	Paquistão	16		
África do Sul	30	Tanzânia	1	Peru	27		
Sri Lanka	10			Rússia	14		
Tanzânia	1			África do Sul	24		
Tailândia	35			Sri Lanka	7		
Vietnã	10			Tanzânia	1		
Zâmbia	1			Tailândia	25		
				Vietnã	11		
	344		264		303		136

Fonte: WITS. Elaboração própria.

Em 2005, a maior incidência de tarifas brasileiras superiores às dos parceiros se concentrava, sobretudo, no comércio com China, Chile, Tailândia, Japão e África do Sul. Decorridos cinco anos, houve claro aumento do número de setores em que isso ocorre, no comércio com China, Índia e África do Sul (três parceiros do grupo BRICS), mas também no comércio com a Coreia.

Os parceiros que impunham tarifas mais elevadas que as brasileiras em 2005 eram, em número de setores afetados, sobretudo a Colômbia, a Índia, o Peru, a Tailândia e a China. Em 2010, o destaque se concentrava Colômbia, Peru, Índia e China.

É interessante notar que os dois primeiros são países com os quais o Brasil tem buscado intensificar sua aproximação comercial, enquanto os dois últimos são parceiros do grupo BRICS.

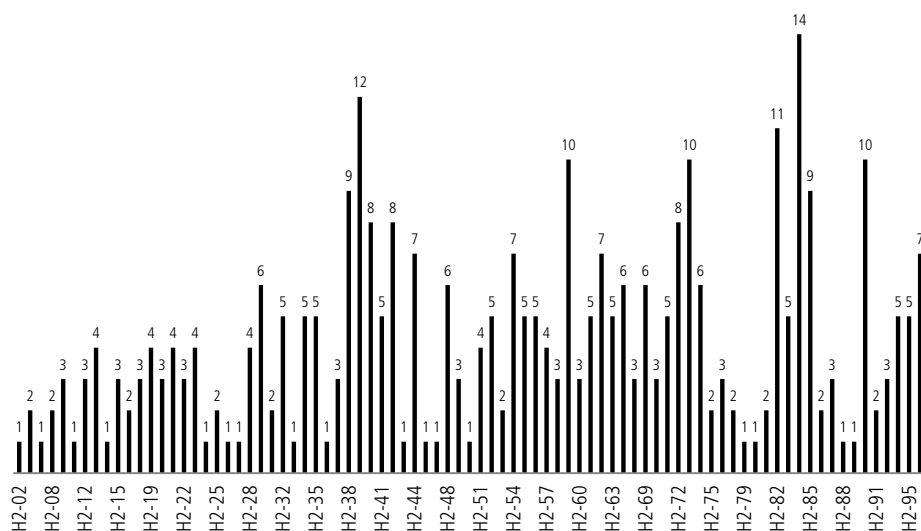
De um modo geral, o número de incidências setoriais em que as tarifas brasileiras superam as adotadas por outros países em relação aos produtos brasileiros é sistematicamente maior do que os casos de barreiras externas mais elevadas.

Esses dados levam a se questionar a distribuição setorial dessas barreiras. Os gráficos 9 e 10 mostram essa incidência setorial.

Em 2005, a maior incidência de protecionismo relativo brasileiro (número de vezes em que um determinado setor é registrado, na comparação com as tarifas de outros países) esteve centrada nos capítulos 84 – reatores nucleares; 36 – explosivos; 82 – ferramentas; 59 – produtos têxteis e 73 – artigos de ferro e aço. Em 2010, os setores de maior destaque foram: 39 – plásticos; 84 – reatores nucleares; 85 – equipamento elétrico; 72 – ferro e aço; e 90 – aparelhos óticos, de fotografia e cinema. Não há, portanto, um padrão setorial claramente identificável; o único setor que aparece nos dois anos é o 84, o que, em princípio, refletiria alguma preocupação com produtos de alta tecnologia (suposição reforçada pela presença dos setores 85 e 90, no ano de 2010).

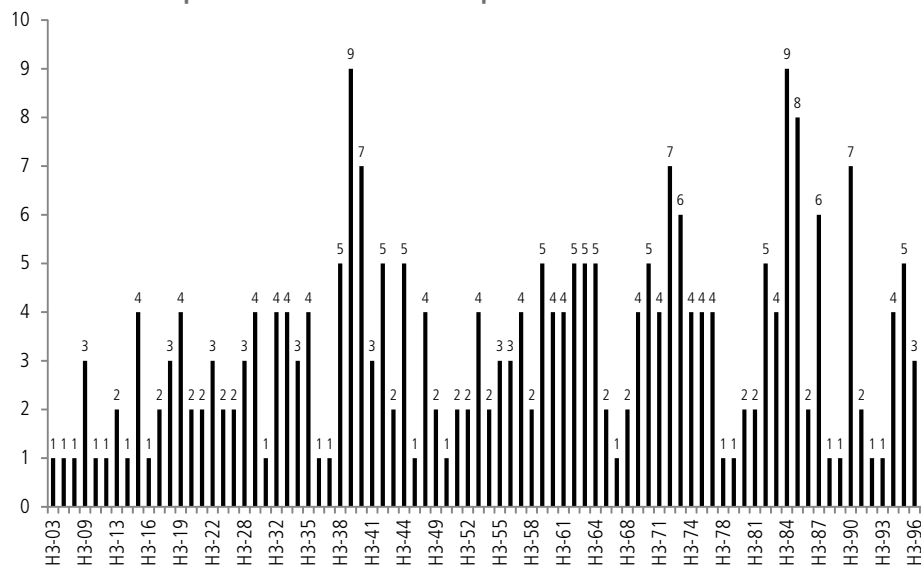
Avaliação semelhante pode ser feita para os setores em que as tarifas brasileiras são menores do que aquelas impostas aos produtos brasileiros por parte dos parceiros comerciais. Os gráficos 11 e 12 trazem essa informação, para os dois anos considerados.

GRÁFICO 9
Setores em que as tarifas brasileiras superam as externas – 2005



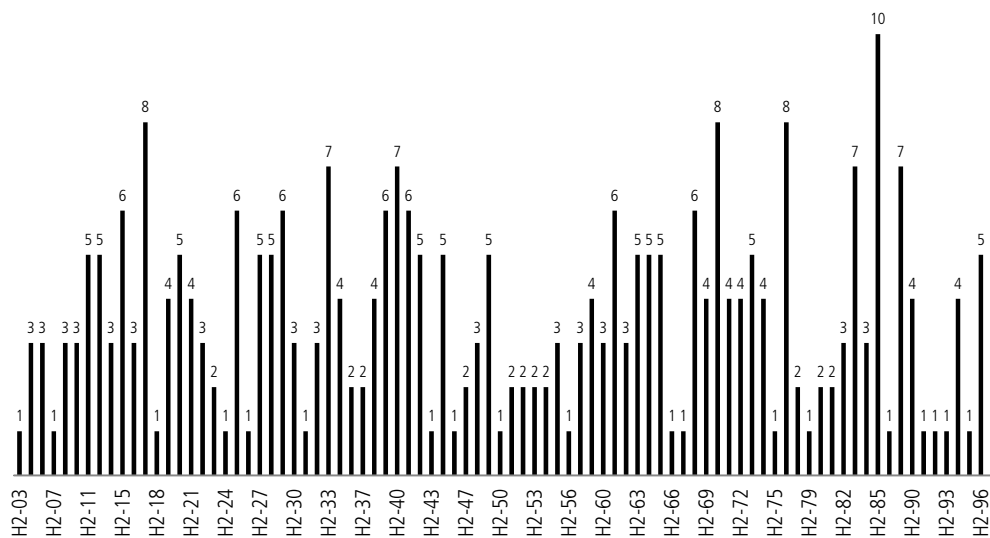
Fonte: WITS. Elaboração própria.

GRÁFICO 10
Setores em que as tarifas brasileiras superam as externas – 2010



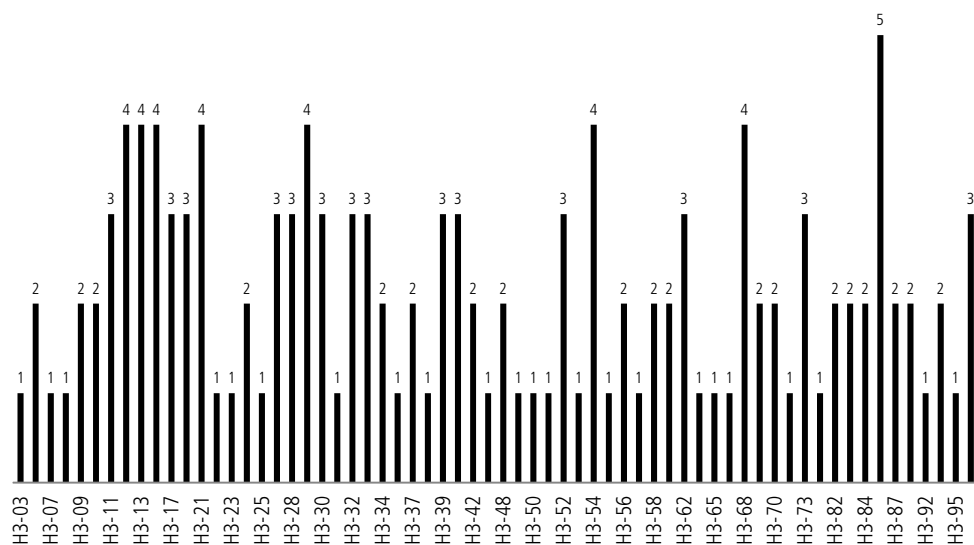
Fonte: WITS. Elaboração própria.

GRÁFICO 11
Setores em que as tarifas brasileiras são menores do que as externas – 2005



Fonte: WITS. Elaboração própria.

GRÁFICO 12
Setores em que as tarifas brasileiras são menores do que as externas – 2010



Fonte: WITS. Elaboração própria.

Em 2005, os destaques estiveram concentrados nos setores 85 – equipamento elétrico; 17 – açúcar; 70 – vidro; e 76 – alumínio. Em 2010, a distribuição dos setores em que as tarifas brasileiras são mais baixas foi mais homogênea, com destaques para: 85 – equipamento elétrico; 12 – óleos vegetais; 13 – extratos e resinas vegetais; 15 – gordura animal; 21 – preparações de alimentos; 29 – produtos químicos orgânicos; 54 – filamentos têxteis; e 68 – artefatos de cimento, pedra e asbestos.

Neste caso é possível argumentar que nos dois anos as barreiras que as exportações brasileiras encontraram nos parceiros comerciais tiveram como característica geral (com exceção de equipamentos elétricos) o fato de serem mais elevadas para produtos com grande componente de recursos naturais, o que seria de se esperar, em vista da estrutura produtiva e da composição das vantagens comparativas estáticas da economia brasileira.

É desnecessário lembrar que uma comparação de alíquotas nominais simples como as consideradas aqui revela algumas características, mas ao mesmo tempo esconde aspectos importantes, como os efeitos diretos e indiretos de cláusulas embutidas nos acordos preferenciais, assim como os regimes especiais de importação e exportação.

6 O ACESSO DOS PRODUTOS BRASILEIROS AOS MERCADOS DOS BRICS E DOS SEUS VIZINHOS

A análise até aqui constatou as diferenças entre os BRICS, no que se refere à sinalização quanto a processos de abertura comercial; indicou que existe um processo de intensificação – por parte de cada BRIC – das preferências comerciais concedidas aos países vizinhos, bem como de parte destes em relação aos produtos provenientes dos BRICS; a análise mostrou, ainda, que há um número expressivo de setores em que o Brasil é mais protecionista do que seus parceiros comerciais, embora não se identifique claramente uma racionalidade econômica para a seleção dos setores onde isso ocorre.

Talvez o aspecto mais notável dos resultados apresentados aqui seja a intensificação de preferências no nível regional. Como dito na introdução, em algumas circunstâncias, como no caso da China e seus vizinhos, essa intensificação ocorre em paralelo a um processo de crescente complementaridade produtiva, com implicações tanto para o

desempenho dos diversos países do Leste Asiático quanto para a competitividade de seus produtos junto a terceiros mercados.

Como também já mencionado, esse contexto impõe aos produtores brasileiros o desafio de lidar com uma fonte de competitividade adicional às condições internas de cada país parceiro comercial assim como pode implicar dificuldades adicionais de acesso a mercado, caso as preferências concedidas entre países de uma mesma região signifiquem que as barreiras que os produtos brasileiros têm de enfrentar sejam maiores do que as dos concorrentes em cada região.

Para averiguar esse ponto foram identificadas as tarifas praticadas por cada BRIC com cada país de sua área de influência e comparada com as tarifas praticadas por cada BRIC em relação aos produtos brasileiros. Essa mesma análise foi feita para cada país satélite, considerado em seu comércio com o país BRIC respectivo em sua região, em comparação com a tarifa praticada em relação aos produtos brasileiros por cada um desses países. A tabela 6 traz esses indicadores.

Como fica claro na tabela 6, a disponibilidade de informações para 2010 na base de dados consultada é relativamente limitada, mas algo é possível inferir, ao menos em relação ao comércio com os países do Leste e do Sul da Ásia.

Chama a atenção na tabela 6 que em 2005 todos os parceiros da China pagavam tarifa menor do que os produtos brasileiros em pelo menos 40% dos setores considerados (exceto na Mongólia). No caso da Índia, os percentuais foram bem menores que os da China, com destaque para Bangladesh, com 20% dos setores. No caso dos parceiros da Rússia, as maiores barreiras aos produtos brasileiros variavam entre 17% dos setores, no caso do Turcomenistão, e 40% dos setores, no caso do Azerbaijão. Por último, para a África do Sul só existem dados para Madagascar; mesmo assim, é notável a incidência de mais da metade dos setores punindo produtos brasileiros mais do que os concorrentes.

Em 2010, os percentuais observados para a China foram em geral mais baixos do que em 2005, mas merecem destaque os casos de Japão e Taiwan, com mais de 60% dos recursos, e Coreia, com mais da metade dos recursos.

TABELA 6
Tarifas impostas pelos BRICS ao seus vizinhos e ao Brasil

BRICS	Parceiro	2005			2010		
		Número de setores em que há tarifa sobre o vizinho (A)	Número de setores em que a tarifa sobre o Brasil é maior (B)	(B)/(A)	Número de setores em que há tarifa sobre o vizinho (A)	Número de setores em que a tarifa sobre o Brasil é maior (B)	(B)/(A) %
China	HongKong	85	43	50,6	79	20	25,3
	Indonésia	81	41	50,6	26	4	15,4
	Japão	84	41	48,8	84	54	64,3
	Coreia	84	50	59,5	85	43	50,6
	Malásia	80	37	46,3	25	6	24,0
	Mongólia	40	11	27,5	43	20	46,5
	Filipinas	80	37	46,3	20	5	25,0
	Cingapura	80	35	43,8	17	5	29,4
	Taiwan	83	43	51,8	85	53	62,4
	Tailândia	79	43	54,4	33	4	12,1
Vietnã	72	43	59,7	24	5	20,8	
Índia	Bangladesh	60	12	20,0	-	-	-
	Butão	14	1	7,1	1	0	0,0
	Maldivas	16	3	18,8	3	1	33,3
	Paquistão	59	9	15,3	66	16	24,2
	Sri Lanka	19	3	15,8	28	5	17,9
Rússia	Armênia	39	11	28,2
	Azerbaijão	47	19	40,4
	Cazaquistão	55	18	32,7
	Quirguistão	37	11	29,7
	Moldávia	46	17	37,0
	Tadajquistão	28	9	32,1
	Turcomenistão	24	4	16,7
	Ucrânia	64	25	39,1
Uzbequistão	47	17	36,2	
África do Sul	Angola	4	0	0,0	..	1	..
	Congo	4	0	0,0
	Madagascar	30	16	53,3	..	30	50,0
	Malauí	5	0	0,0
	Zâmbia	5	0	0,0
	Zimbábue	6	0	0,0	..	2	..

Fonte: WITS. Elaboração própria.

Dentre os parceiros da Índia em 2010, em três dos cinco países considerados a tarifa sobre os produtos brasileiros superava a tarifa sobre produtos indianos. O destaque são as Ilhas Maldivas, com um terço dos setores. No caso da África do Sul, seus produtos têm acesso ao mercado de Madagascar pagando tarifas mais baixas do que pagam os produtos brasileiros na metade dos setores.

Existem, portanto, barreiras diferenciadas que beneficiam os países vizinhos dos demais BRICS, e que impõem aos produtos brasileiros condições menos favoráveis de acesso aos mercados regionais. Cabe agora uma avaliação das margens de preferência por parte dos países satélites em relação aos produtos provenientes dos BRICS. A tabela 7 mostra os principais dados.

Segundo a tabela 7, a incidência de casos em que os países satélites cobram de produtos brasileiros tarifas mais altas do que cobram de produtos provenientes do respectivo BRIC em cada região é ainda mais elevada do que no caso das tarifas cobradas pelos BRICS aos seus vizinhos. Isso é verdade para cada BRIC. Em 2005, o percentual de setores em que isso ocorre ficou entre aproximadamente 30% e quase 50% do total. Em 2010 houve uma redução desses percentuais, exceto para o caso da Rússia, onde se verificou um aumento expressivo.⁴

TABELA 7
Percentagem de setores em que as tarifas impostas ao Brasil são maiores do que as tarifas sobre os demais BRICS

	2005	2010
China	49,5	47,1
Índia	40,6	37,0
Rússia	28,0	48,9
África do Sul	30,8	18,6

Fonte: WITS. Elaboração própria.

A leitura conjunta das tabelas 6 e 7 é indicativa de que a intensificação do processo de regionalização comercial dos demais BRICS tem tido implicações para os produtos brasileiros, que são sujeitos a tarifas mais elevadas do que as praticadas entre os países da Ásia, da África e da Europa Oriental.

4. Essencialmente o que houve foi uma substituição de barreiras mais elevadas no Azerbaijão por uma gama mais ampla de setores protegidos na Ucrânia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi motivado pelas indicações disponíveis de uma crescente integração econômica, associada a processos de complementaridade produtiva em algumas regiões, em particular no continente asiático. Como esses processos envolvem a participação de países BRICS, com potencial produtivo expressivo, a desconfiança é que esse processo poderia implicar desvio de comércio, com efeitos negativos para os exportadores brasileiros.

Um resumo pontual dos resultados encontrados aqui ressaltaria que:

- 1) Na análise das tarifas consolidadas na OMC há diferenças entre os BRICS no que se refere ao grau de abrangência e ao nível máximo dessas tarifas.
- 2) Entre 2005 e 2010, houve um aumento generalizado de concessões preferenciais em termos de tarifas. Isso ocorreu claramente entre cada BRIC e seus países vizinhos, sendo a China o país mais ativo nesse sentido.
- 3) Há diferenças entre os BRICS no tocante aos motivos que levam a essas preferências. Enquanto a China e a África do Sul privilegiam produtos de mais alta tecnologia, o Brasil e a Índia concedem mais concessões aos parceiros comerciais mais importantes.
- 4) Na análise por setores, o Brasil se caracteriza por adotar tarifas em geral mais elevadas do que outros países cobram pelos produtos brasileiros. Uma vez mais, não é clara a lógica econômica da seleção de setores em que isso ocorre.
- 5) Como esperado desde o início, há um percentual importante de setores nos quais as preferências tarifárias de cada BRIC para com seus vizinhos, e vice-versa, colocam os produtos brasileiros em situação desvantajosa, por incidir neles barreiras tarifárias mais elevadas.

Esse conjunto de evidências traz à consideração um tema novo, mas preocupante, que é o conhecimento de um processo de crescente intensidade nos procedimentos produtivos em outras regiões, sem que haja iniciativas correspondentes de magnitude entre os países da América Latina para fazer face a essa nova realidade.

Como ressaltado na introdução, o crescente regionalismo e seletividade nas preferências comerciais implica um desafio para os produtores brasileiros. Em particular, pelo baixo grau de interação com mercados vizinhos, o que reduz a margem para se beneficiar de custos mais baixos, assim como tem levado à perda de participação nos mercados desses países. Aumentar o grau de complementaridade parece ser uma forma de alterar essa situação, a exemplo do observado em outras regiões.

A análise foi feita aqui a partir das informações disponíveis de dois dígitos de classificação setorial. Uma sugestão natural é que sejam feitos esforços adicionais em um nível mais detalhado, para conjuntos de produtos. Em particular, a análise apresentada na seção 6 poderia ser bem mais refinada, em um nível mais desagregado.

Uma segunda recomendação é que à presente análise seja incorporada uma dimensão fundamental, que não foi possível considerar aqui, que são as chamadas barreiras não tarifárias. Como dito no texto, isso demanda um esforço adicional na identificação das barreiras diferenciadas em termos de cada fluxo de comércio.

Por último, mas talvez mais relevante, estes resultados reforçam a importância de se poder dispor de um banco de dados acessível aos empresários brasileiros e que mostre, no nível dos produtos, as preferências que cada BRIC e seus vizinhos praticam no comércio bilateral e as tarifas incidentes sobre os produtos brasileiros exportados para esses mercados. Isso daria uma ideia das condições de concorrência, assim como poderia motivar, junto às autoridades brasileiras, estratégias mais proativas de inserção internacional.

REFERÊNCIAS

BAUMANN, R.; NG, F. Regional productive complementarity and competitiveness. **International Trade Journal**, v. 26, n. 4, 2012.

BHAGWATI, J. Regionalism and multilateralism: an overview. In: MELO, J.; PANAGARIYA, A. (Ed.). **New dimensions in regional Integration**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____.; PANAGARYIA, A. Preferential trading areas and multilateralism: strangers, friends or foes? In: BHAGWATI, J.; PANAGARYIA, A. (Org.). **The economics of preferential trade agreements**. Washington, D.C.: American Enterprise Institute Press, 1996. p. 1-78.

KRUGMAN, P. The move toward free trade zones. In: FEDERAL RESERVE BANK OF KANSAS. (Ed.). **Policy implications of trade and currency zones**. Kansas City, MO, 1991. p. 7-42.

SUMMERS, L. Regionalism and the world trading system. In: FEDERAL RESERVE BANK OF KANSAS CITY. (Ed.). **Policy implications of trade and currency zones**. Kansas City, MO, 1991. p. 295-301.

TAVARES, J.; COSTA, K. P. Abertura comercial e inserção internacional: os casos do Brasil, China e Índia. In: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e os demais BRICS – comércio e política**. Brasília: Cepal/Ipea, 2010. p. 61-78.

ANEXO A

TABELA A.1
BRICS: tarifas consolidadas máximas (e médias) – Sistema Harmonizado

Setores	China	Índia	África do Sul	Brasil
1 - Animais vivos	10 (6)	100 (100)	0 (0)	35 (25)
2 - Carnes	25 (18)	150 (108)	160 (56)	55 (41)
3 - Peixes, crustáceos, moluscos	18 (11)	35 (33)
4 - Produtos lácteos	25 (15)	150 (96)	96 (66)	55 (42)
5 - Produtos animais	20 (13)	...	0 (0)	35 (34)
6 - Plantas vivas	23 (11)	150 (80)	60 (24)	35 (29)
7 - Raízes e tubérculos	13 (12)	150 (102)	52 (34)	35 (33)
8 - Frutas e nozes	30(19)	150 (94)	70 (18)	55 (35)
9 - Café, chá, mate	30 (12)	150 (120)	170 (35)	45 (34)
10 - Cereais	65 (21)	100 (89)	72 (33)	55 (51)
11 - Produtos de moagem	65 (26)	150 (128)	99 (76)	55 (46)
12 - Óleos de oleaginosas	30 (10)	150 (103)	70 (28)	35 (31)
13 - Resinas, extratos vegetais	20 (11)	150 (101)	26(12)	45 (33)
14 - Produtos vegetais n.e.*	15 (12)	100 (100)	51 (4)	35 (35)
15 - Óleos e gorduras animais e vegetais	30 (13)	300 (196)	81 (46)	35 (35)
16 - Preparações de carnes	23 (14)	150 (125)	60 (42)	55 (43)
17 - Açúcares e preparações	50 (24)	150 (118)	105 (70)	35 (34)
18 - Cacao e preparações	22 (12)	150 (114)	21 (3)	35 (34)
19 - Preparações de cereais	30 (19)	150 (117)	99 (49)	55 (39)
20 - Preparações de cereais, frutas e nozes	30 (22)	150 (104)	73 (35)	55 (37)
21 - Preparações diversas	35 (21)	150 (132)	99 (38)	35 (34)
22 - Bebidas	65 (26)	150 (150)	597 (134)	55 (39)
23 - Resíduos da indústria alimentícia	15 (5)	150 (102)	72 (38)	55 (35)
24 – Fumo e produtos de fumo	65 (33)	150 (133)	54 (51)	55 (38)
25 - Sal	8 (4)	40 (38)	10 (2)	35 (34)
26 - Cinzas e escórias minerais	6 (1)	40 (28)	0 (0)	35 (35)
27 - Combustíveis minerais	12 (5)	55 (28)	0 (0)	35 (34)
28 - Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	14 (6)	40 (40)	20 (8)	35 (19)
29 - Produtos químicos orgânicos	14 (6)	150 (40)	17 (11)	35 (22)
30 - Produtos farmacêuticos	6 (4)	40 (36)	20 (13)	35 (35)
31 - Fertilizantes	50 (7)	5 (4)	15 (8)	15 (13)
32 - Pigmentos e tinturas	15 (8)	40 (38)	15 (12)	20 (20)
33 - Perfumaria e óleos essenciais	20 (12)	150 (83)	22 (19)	25 (24)
34 - Sabão	15 (10)	40 (40)	20 (16)	23 (23)
35 - Substâncias albuminoides	20 (10)	150 (89)	22 (13)	20 (20)
36 - Explosivos	10 (9)	40 (40)	15 (13)	20 (20)
37 - Produtos para fotografia	47 (12)	40(40)	15 (14)	20 (18)
38 - Produtos químicos diversos	16 (7)	150 (44)	17 (11)	35 (21)
39 - Plásticos	14 (8)	40 (40)	30 (19)	35 (22)

(continua)

(continuação)

Setores	China	Índia	África do Sul	Brasil
40 - Borracha	25 (12)	40 (36)	30 (17)	35 (35)
41 - Couros e peles	14 (11)	40 (30)	60 (16)	85 (40)
42 - Artigos de couro	20 (15)	...	30 (22)	35 (35)
40 - Borracha	25 (12)	40 (36)	30 (17)	35 (35)
41 - Couros e peles	14 (11)	40 (30)	60 (16)	85 (40)
42 - Artigos de couro	20 (15)	...	30 (22)	35 (35)
43 - Produtos de peles	23 (18)	100 (70)	30 (19)	35 (34)
44 - Madeira	20 (6)	40 (39)	30 (12)	35 (18)
45 - Cortiça	11 (6)	40 (40)	30 (6)	35 (35)
46 - Produtos de palha	10 (10)	...	20 (20)	35 (35)
47 - Celulose	1 (0)	40 (27)	5 (5)	35 (31)
48 - Papel e papelão	8 (7)	40 (39)	30 (10)	35 (34)
49 - Produtos gráficos	8 (3)	25 (25)	30 (8)	35 (30)
50 - Seda	10 (7)	100 (100)	17 (4)	35 (35)
51 - Lã e pelos de animais	38 (12)	100 (43)	30 (14)	35 (34)
52 - Algodão	40 (14)	150 (61)	60 (32)	55 (40)
53 - Outras fibras têxteis vegetais	12 (7)	100 (52)	30 (13)	35 (35)
54 - Filamentos artificiais	12 (6)	218 (32)	30 (20)	35 (35)
55 - Fibras artificiais	18 (7)	428 (77)	30 (15)	35 (35)
56 - Material para estofamento, cordas	12 (8)	35 (25)	20 (19)	35 (34)
57 - Carpetes	16 (13)	108 (52)	30 (30)	35 (35)
58 - Tapetes e fibras artificiais	14 (10)	205 (62)	30 (26)	35 (35)
59 - Têxteis para fins industriais	14 (10)	35 (30)	30 (27)	35 (35)
60 - Tecidos de tricô e croché	12 (11)	64 (47)	30 (26)	35 (35)
61 - Vestuário e calçados	25 (16)	557 (99)	60 (46)	35 (35)
62 - Acessórios de vestuário	20 (15)	703 (90)	60 (47)	35 (35)
63 - Produtos têxteis diversos	18 (15)	49 (36)	45 (31)	35 (35)
64 - Calçados	25 (21)	...	30 (28)	35 (35)
65 - Chapéus	25 (19)	...	30 (24)	35 (35)
66 - Guarda-chuvas	15 (12)	...	30 (27)	35 (35)
67 - Penas	25 (21)	...	30 (24)	35 (35)
68 - Artigos de pedra e cimento	28 (13)	40 (40)	30 (16)	35 (35)
69 - Produtos cerâmicos	25 (14)	40 (38)	30 (18)	35 (35)
70 - Vidro	25 (14)	70 (38)	30 (13)	35 (35)
71 - Pérolas naturais e artificiais	35 (11)	40 (40)	30 (8)	35 (35)
72 - Ferro e aço	10 (5)	40 (40)	10 (9)	35 (35)
73 - Artigos de ferro e aço	30 (10)	40 (40)	30 (17)	35 (35)
74 - Cobre	20 (7)	...	30 (14)	35 (32)
75 - Níquel	6 (4)	40 (39)	20 (11)	35 (32)

(continua)

(continuação)

Setores	China	India	África do Sul	Brasil
76 - Alumínio	30 (9)	...	30 (15)	25 (21)
78 - Chumbo	6 (5)	...	15 (12)	35 (35)
79 - Zinco	6 (5)	...	15 (11)	35 (35)
80 - Estanho	18 (7)	40 (39)	30 (13)	35 (35)
81 - Outros metais básicos	8 (6)	40 (39)	5 (5)	35 (35)
82 - Ferramentas	18 (12)	25 (25)	30 (21)	35 (34)
83 - Produtos metálicos diversos	18 (12)	...	30 (20)	35 (35)
84 - Reatores, aquecedores	35(8)	40 (28)	30 (7)	35 (32)
85 - Maquinaria elétrica	35 (10)	40 (23)	30 (17)	35 (32)
86 - Locomotivas	10 (5)	40 (40)	10 (10)	35 (32)
87 - Outros veículos sobre trilhos	45 (16)	40 (40)	50 (27)	35 (34)
88 - Aeronaves	5 (2)	40 (28)	5 (1)	35(33)
89 - Barcos e navios	11 (7)	40 (28)	10 (3)	35 (32)
90 - Instrumentos de precisão	25 (8)	40 (32)	30 (6)	35 (31)
91 - Relógios	25 (15)	40 (40)	30 (11)	35 (35)
92 - Instrumentos musicais	30 (20)	...	5 (5)	35 (35)
93 - Armas e munições	15 (13)	35 (34)
94 – Móveis	21 (8)	35 (35)	30 (20)	35 (34)
95 - Brinquedos e jogos	21 (6)	40 (40)	30 (30)	35 (35)
96 - Artigos manufaturados diversos	25 (20)	35 (35)	30 (20)	35 (34)
97 – Obras de arte	14 (9)	...	0 (0)	35 (35)

Fonte: ITC.

Nota: * n.e. = não especificado.

ANEXO B

ANÁLISE ESTATÍSTICA DA RACIONALIDADE DAS PREFERÊNCIAS COMERCIAIS⁵

B.1 METODOLOGIA

Para a análise estatística referente aos dados de margem de preferência computados pelos países BRICS, realiza-se uma análise de regressão linear múltipla com o objetivo de verificar se há ou não impacto significativo de duas variáveis:

- percentual da participação dos setores nas importações de cada um dos BRICS (%setor); e
- percentual da participação dos parceiros regionais nas importações de cada um dos BRICS (%país).

O modelo utilizado, que tem como variável resposta a margem de preferência, é descrito abaixo:

$$Y_{ijk} = \mu + \beta_1 \%país + \beta_2 \%setor + \alpha_j + \gamma_k + \varepsilon_{ijk}$$

No modelo acima, tem-se:

Y_{ijk} : logito da margem de preferência dada pelo país BRICS i ao parceiro j para o k -ésimo tipo de produto em 2010;

μ : média geral (intercepto);

β_1 : coeficiente para %país em 2005;

β_2 : coeficiente para %setor em 2005;

5. De Rubem Ceratti.

α_j : efeito do j -ésimo parceiro regional (*partner*);

γ_k : efeito do k -ésimo tipo de produto – alta tecnologia (setores 84, 85, 88, 90 e 91 do Sistema Harmonizado) ou outro (demais setores). Neste caso específico, é o efeito de um produto classificado como outro com relação aos produtos de alta tecnologia; e

ε_{ijk} : componente de erro aleatório com $\varepsilon_{ijk} + N(0, \sigma^2)$.

A variável de interesse, margem de preferência, assume, por construção, valores entre 0 e 1, e, portanto, a transformação logito, definida como $\text{logit}(x) = \log_e x/1-x$, é aplicada para que seus valores sejam mapeados na reta real, tornando adequada a utilização do modelo. Entretanto, essa transformação não permite uma interpretação direta das estimativas dos parâmetros, como ocorre para transformações do tipo logaritmo, por exemplo. Assim, os resultados são analisados em termos do sinal das estimativas e sua significância ou não.

Para cada país (Brasil, China, Índia e África do Sul), é estimado um melhor modelo baseado naquele descrito acima – seleção feita via teste de Wald e avaliação do critério de Akaike –, sempre mantendo, porém, as variáveis %setor e %país. Isso não é feito para a Rússia, uma vez que todas as suas observações são idênticas.

B.2 RESULTADOS

Em nenhum dos casos verifica-se significância do termo %país, indicando que a participação dos parceiros regionais nas importações de seus respectivos BRICS não afeta a margem de preferência oferecida. Já para a variável %setor (participação dos setores nas importações), tem-se que apenas para a China esta variável afeta significativamente – de maneira negativa – as margens de preferência adotadas.

Para todos os países há diferenciação nas margens de preferência dependendo do parceiro com o qual é realizado o comércio. Para o Brasil, há menores margens de preferência para produtos tecnológicos, enquanto no caso da China parece haver margens de preferência mais elevadas para este tipo de produto. Para Índia e África do Sul, não há diferenciação quanto ao tipo de produto.

TABELA B.1
Estimativas dos parâmetros do modelo para o Brasil

	Estimativa	Desvio-padrão	Valor t	Pr(> t)
(Intercepto)	8.383	0.541	15.505	<1e-4
%País	0.004	0.007	0.573	0.5667
%Setor	-0.038	0.033	-1.138	0.2557
Bolívia	-0.130	0.385	-0.337	0.7363
Chile	-0.043	0.289	-0.148	0.8825
Colômbia	-4.709	0.338	-13.945	<1e-4
Equador	-2.354	0.423	-5.563	<1e-4
Paraguai	0.084	0.349	0.241	0.8097
Peru	-4.955	0.319	-15.520	<1e-4
Uruguai	-0.076	0.298	-0.253	0.8004
Venezuela	-3.537	0.421	-8.410	0.0000
TecOutro	0.850	0.497	1.711	0.0878
R ² Múltiplo: 0.58				
R ² Ajustado: 0.57				

Fonte: ITC e UN/COMTRADE.

TABELA B.2
Estimativas dos parâmetros do modelo para a China

	Estimativa	Desvio-padrão	Valor t	Pr(> t)
(Intercepto)	-1.161	0.847	-1.371	0.1706
%País	0.023	0.020	1.139	0.2552
%Setor	-0.174	0.050	-3.498	0.0005
Indonésia	9.488	0.565	16.800	< 2e-16
Japão	-6.512	0.583	-11.166	< 2e-16
Coréia, Rep.	-1.998	0.561	-3.559	0.0004
Malásia	9.528	0.566	16.844	< 2e-16
Mongólia	-6.174	0.796	-7.757	<1e-4
Filipinas	9.753	0.567	17.191	< 2e-16
Cingapura	10.250	0.565	18.154	< 2e-16
Tailândia	9.055	0.561	16.142	< 2e-16
Vietnã	9.577	0.579	16.551	< 2e-16
TecOutro	-1.739	0.753	-2.310	0.0212
R ² Múltiplo: 0.744				
R ² Ajustado: 0.740				

Fonte: ITC e UN/COMTRADE.

TABELA B.3
Estimativas dos parâmetros do modelo para a Índia

	Estimativa	Desvio-padrão	Valor t	Pr(> t)
(Intercepto)	1.669	2.332	0.716	0.4754
%País	-0.041	0.106	-0.390	0.6973
%Setor	-0.082	0.095	-0.867	0.3873
Paquistão	-7.135	2.388	-2.988	0.0034
Sri Lanka	2.584	2.381	1.085	0.2798
R ² Múltiplo: 0.595				
R ² Ajustado: 0.582				

Fonte: ITC e UN/COMTRADE.

TABELA B.4
Estimativas dos parâmetros do modelo para a África do Sul

	Estimativa	Desvio-padrão	Valor t	Pr(> t)
(Intercepto)	6.625	0.106	62.538	<2e-16
%País	0.002	0.006	0.317	0.7512
%Setor	0.005	0.007	0.798	0.4256
Botswana	0.228	0.431	0.527	0.5984
Lesoto	0.278	0.429	0.647	0.5182
Madagascar	-15.845	0.136	-116.769	<2e-16
Malawi	0.271	0.127	2.138	0.0333
Maurício	0.228	0.122	1.874	0.062
Moçambique	0.271	0.124	2.192	0.0292
Seychelles	0.260	0.180	1.440	0.1508
Tanzânia	0.271	0.125	2.166	0.0311
Zâmbia	0.269	0.126	2.127	0.0343
Zimbabue	0.142	0.118	1.200	0.2312
R ² Múltiplo: 0.991				
R ² Ajustado: 0.990				

Fonte: ITC e UN/COMTRADE.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Cristina Celia Alcantara Possidente

Eliezer Moreira

Elisabete de Carvalho Soares

Fabiana da Silva Matos

Lucia Duarte Moreira

Luciana Nogueira Duarte

Míriam Nunes da Fonseca

Editoração

Roberto das Chagas Campos

Aeromilson Mesquita

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Carlos Henrique Santos Vianna

Maria Hosana Carneiro Cunha

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Tiragem: 500 exemplares

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

